



Conselho Nacional de Justiça

Ato normativo n.º 0004034-28.2012.2.00.0000

Relator : CONSELHEIRO WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Requerente : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
Requerido : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

VOTO

Apresenta-se ao Plenário deste Conselho Nacional de Justiça a anexa proposta de resolução, destinada a regulamentar um dos aspectos da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011), concernente à publicação da remuneração dos membros, servidores e colaboradores do Poder Judiciário.

A proposta representa resultado provisório do grupo de trabalho instituído pela Portaria n.º 80, de 12 de junho de 2012, da Presidência deste Conselho. O grupo, que tenho a honra de presidir, compõe-se dos eminentes Conselheiros JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM, NEY JOSÉ DE FREITAS, SILVIO LUÍS FERREIRA DA ROCHA e BRUNO DANTAS e destina-se a regulamentar a Lei de Acesso à Informação para todo o Poder Judiciário (exclusive o Supremo Tribunal Federal).

Para esta proposta, houve relevante colaboração da Corregedoria Nacional de Justiça, por meio da Conselheira Eliana Calmon e de sua dedicada equipe de Juízes Auxiliares e servidores.

O grupo de trabalho da Portaria n.º 80/2012 não esgota aqui seu trabalho, pois há diversos outros aspectos relevantes da nova lei ainda pendentes de regulamentação. Entre eles, apenas para citar dois aspectos, os relativos aos serviços de informação ao cidadão (art. 9.º, I, da lei) e ao formato das informações que serão postas à disposição na internet (art. 8.º, § 3.º, II a IV).

Esta proposição faz-se neste momento em virtude do grande interesse que a sociedade tem demonstrado nesse ponto específico e do fato de que alguns tribunais já principiaram a divulgar sua remuneração, como foi o caso do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho. Por outro lado, há notícia de que outras cortes, como o Superior Tribunal de Justiça, deliberaram aguardar a normatização deste Conselho. Convém, portanto, que o tema seja regulamentado o quanto antes e de maneira uniforme, para todos os tribunais do país, sem embargo de poder vir a ser revisitado pelo grupo de trabalho e por este Plenário.

O modelo básico seguido para publicar a remuneração foi o adotado pelo STF, que compreende a divulgação dos elementos indicados no texto da minuta a seguir.



Conselho Nacional de Justiça

Em momento posterior, quando o grupo de trabalho concluir sua atividade, outra estrutura de divulgação dos dados poderá vir a ser submetida à consideração do Plenário.

Quanto à juridicidade da divulgação, entendeu o grupo que a deliberação do STF pacifica o assunto. O tema, aliás, foi objeto de decisão do próprio Plenário do STF em processo judicial cuja ementa do julgamento é a seguinte:

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃOS QUE IMPEDIAM A DIVULGAÇÃO, EM SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL, DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS, INCLUSIVE A RESPECTIVA REMUNERAÇÃO. DEFERIMENTO DA MEDIDA DE SUSPENSÃO PELO PRESIDENTE DO STF. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO APARENTE DE NORMAS CONSTITUCIONAIS. DIREITO À INFORMAÇÃO DE ATOS ESTATAIS, NELES EMBUTIDA A FOLHA DE PAGAMENTO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE ADMINISTRATIVA. NÃO RECONHECIMENTO DE VIOLAÇÃO À PRIVACIDADE, INTIMIDADE E SEGURANÇA DE SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVOS DESPROVIDOS.

1. Caso em que a situação específica dos servidores públicos é regida pela 1.^a parte do inciso XXXIII do art. 5.^o da Constituição. Sua remuneração bruta, cargos e funções por eles titularizados, órgãos de sua formal lotação, tudo é constitutivo de informação de interesse coletivo ou geral. Expondo-se, portanto, a divulgação oficial. Sem que a intimidade deles, vida privada e segurança pessoal e familiar se encaixem nas exceções de que trata a parte derradeira do mesmo dispositivo constitucional (inciso XXXIII do art. 5.^o), pois o fato é que não estão em jogo nem a segurança do Estado nem do conjunto da sociedade.

2. Não cabe, no caso, falar de intimidade ou de vida privada, pois os dados objeto da divulgação em causa dizem respeito a agentes públicos enquanto agentes públicos mesmos; ou, na linguagem da própria Constituição, agentes estatais agindo “nessa qualidade” (§ 6.^o do art. 37). E quanto à segurança física ou corporal dos servidores, seja pessoal, seja familiarmente, claro que ela resultará um tanto ou quanto fragilizada com a divulgação nominalizada dos dados em debate, mas é um tipo de risco pessoal e familiar que se atenua com a proibição de se revelar o endereço residencial, o CPF e a CI de cada servidor. No mais, é o preço que se paga pela opção por uma carreira pública no seio de um Estado republicano.

3. A prevalência do princípio da publicidade administrativa outra coisa não é senão um dos mais altaneiros modos de concretizar a República enquanto forma de governo. Se, por um lado, há um necessário modo republicano de administrar o Estado brasileiro, de outra parte é a cidadania mesma que tem o direito de ver o seu Estado republicanamente administrado. O “como” se administra a coisa pública a preponderar sobre o “quem” administra – falaria Norberto Bobbio –, e o fato é que esse modo público de gerir a máquina estatal é elemento conceitual da nossa República. O olho e a pálpebra da nossa fisionomia constitucional republicana.

4. A negativa de prevalência do princípio da publicidade administrativa implicaria, no caso, inadmissível situação de grave lesão à ordem pública.



Conselho Nacional de Justiça

5. Agravos Regimentais desprovidos.¹

Considerou-se, por outro lado, que os descontos não obrigatórios na remuneração dos que formam o Poder Judiciário deveriam ser agrupados de maneira a evitar a divulgação de descontos a título de pensão alimentícia e empréstimos consignados, por exemplo, uma vez que tais informações têm cunho estritamente privado e não interessam, em princípio, à comunidade. Publicizá-las não atenderia a um interesse público visível e exporia descabidamente a privacidade dos agentes públicos.

Optou-se – como se disse, com a importante colaboração da Corregedoria Nacional –, por sugerir, neste momento, a alteração da Resolução n.º 102, de 15 de dezembro de 2009, que “dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos”. Essa resolução é importante marco normativo na direção da transparência da administração pública – no caso, a do Poder Judiciário.

Essas são as razões, em síntese, que animam a proposta de resolução, submetida à elevada apreciação dos demais integrantes deste Conselho.

É como voto.

Brasília, 4 de julho de 2012.

Assinado com certificado digital emitido para WELLINGTON CABRAL SARAIVA (1427). Emitido por AC Certisign-Jus G2. Válido de 4/9/2011 até 3/9/2014.
--

WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Conselheiro

¹ STF. Plenário. Agravo regimental na suspensão de segurança n.º 3.902/SP. Relator: Ministro Ayres Britto. 9 jun. 2011, unânime. **Diário da Justiça eletrônico** 189, publ. 3 out. 2011.



Conselho Nacional de Justiça

RESOLUÇÃO N.º , DE DE JULHO DE 2012

Altera a redação do inciso VI do artigo 3.º da Resolução n.º 102, de 15 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA,
no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais;

CONSIDERANDO as competências constitucionais do
Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a entrada em vigor da Lei de Acesso à
Informação (Lei n.º 12.157, de 18 de novembro de 2011);

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a lei, no
que tange à publicação da remuneração dos membros, servidores e
colaboradores do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Plenário do Conselho
Nacional de Justiça, na 150.ª Sessão Plenária, realizada em 4 de julho de
2012;

RESOLVE:

Art. 1.º O inciso VI do artigo 3.º da Resolução n.º 102, de 15 de
dezembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, passa a vigorar com a
seguinte redação:

[...]

VI – as remunerações, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas
pagas aos membros da magistratura e aos servidores a qualquer título,
aos colaboradores e colaboradores eventuais ou deles descontadas,
com identificação nominal do beneficiário e da unidade na qual
efetivamente presta os seus serviços, na forma do Anexo VIII.

Art. 2.º O Anexo VIII da Resolução n.º 102, de 15 de dezembro
de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, passa a vigorar na forma do
Anexo Único da presente Resolução.

Art. 3.º Esta resolução entra em vigor na data de sua
publicação.

Ministro Ayres Britto
Presidente



Conselho Nacional de Justiça
ANEXO ÚNICO

ANEXO VIII

Detalhamento da folha de pagamento de pessoal

Mês/Ano:

Nome	Lotação	RENDIMENTOS						DESCONTOS					Rendimento Líquido 12	Remuneração do Órgão de origem 13	Diárias 14
		Remuneração Paradigma ¹	Vantagens Pessoais ²	Subsídio, Diferença de Subsídio, Função de confiança ou Cargo em comissão	Indenizações ³	Vantagens Eventuais ⁴	Total de Créditos ⁵	Previdência Pública ⁶	Imposto de Renda ⁷	Descontos Diversos ⁸	Retenção por Teto Constitucional ⁹	Total de Débitos ¹⁰			

TOTAL GERAL:															

¹ Remuneração do cargo efetivo - Vencimento, G.A.J., V.P.I, adicionais de qualificação, G.A.E e G.A.S, além de outras dessa natureza.

² V.P.N.I., adicional por tempo de serviço, quintos, décimos e vantagens decorrentes de sentença judicial ou extensão administrativa, abono de permanência.

³ Auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio saúde, auxílio natalidade, auxílio moradia, ajuda de custo, além de outras dessa natureza.

⁴ Abono constitucional de 1/3 de férias, indenização de férias, antecipação de férias, gratificação natalina, antecipação de gratificação natalina, serviço extraordinário, substituição, pagamentos retroativos, além de outras dessa natureza.

⁵ Total dos rendimentos pagos no mês.

⁶ Contribuição previdenciária oficial (Plano de Seguridade Social do Servidor Público e Regime Geral de Previdência Social).

⁷ Imposto de renda retido na fonte.

⁸ Cotas de participação de auxílio pré-escolar, auxílio transporte e demais descontos extraordinários de caráter não pessoal.

⁹ Valores retidos por excederem ao teto remuneratório constitucional, conforme Resolução CNJ n.º 13 e 14/2006.

¹⁰ Total dos descontos efetuados no mês.

¹¹ Rendimento líquido após os descontos referidos nos itens anteriores.

¹² Remuneração percebida no órgão de origem, no caso de servidores cedidos ou requisitados optantes por aquela remuneração.

¹³ Valor de diárias efetivamente pago no mês de referência, ainda que o período de afastamento se estenda para além deste.